



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 21ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

MINUTA

1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 21ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, realizada no dia 23 de abril de 2007, com início às 14 horas e término às 18:00 horas, no Hotel Hilton, em São Paulo, SP, e que tratou da seguinte pauta: 1. Exposição das Agências sobre o Desempenho 2006 e Situação Atual; 2. Plano de Investimento Anual para 2007 (2.1. Ações Transversais e 2.2. Ações Verticais) e 3. Outros assuntos.

2. Participantes

Membros Titulares e Substitutos Presentes:

Luís Manuel Rebelo Fernandes - Secretário Executivo do MCT - Presidente (Titular)
 Carlos Henrique Brito Cruz - representante da comunidade científica (Titular)
 Fernando Cosme Rizzo Assunção - representante da comunidade científica (Titular)
 João Eduardo de Moraes Pinto Furtado - representante do BNDES (Titular)
 Marcio Ramos de Oliveira - representante do CNPq (Substituto)
 Odilon Antônio Marcuzzo do Canto - representante da FINEP (Titular)
 Paulo de Carvalho Alvim - representante do SEBRAE (Substituto)
 Rodrigo Rocha da Costa Loures - representante do setor industrial

Titulares ausentes (ausências justificadas):

Alessandro Golombiewzki Teixeira - representante do MDIC
 Erney P. Camargo - representante do CNPq
 José Roberto Roriz Coelho - representante do setor industrial
 Luiz Carlos Barboza - representante do SEBRAE

Convidados:

Aldo Pinheiro da Fonseca - Coordenador da ASCOF
 Cristina Valente - FINEP (Secretária Técnica)
 Elianne Prescott, ASCOF/MCT (Secretária Técnica)
 Gina Paladino – Assessora da FIEP/PR
 Jaquelma Madeiro da Silva – ASCOF/MCT
 Maurício Mendonça Jorge - CNI
 Tibor Greif - BNDES

3. Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Prof. Luis Fernandes, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e relatou as justificativas enviadas pelos membros titulares ausentes. Em seguida, esclareceu os cinco pontos previstos na pauta: i) Exposição das Agências sobre o desempenho do CT-FVA em 2006 e situação atual do desembolso e da carteira de projetos; ii) elaboração do Plano de Investimento Anual para 2007, com decisões sobre as ações transversais e verticais que serão apoiadas no exercício; iii) outros assuntos.

4. Apresentação das Agências

4.1. Apresentação da FINEP

O Sr. Odilon destacou os principais pontos do relatório elaborado pela agência com dados sobre a carteira de projetos contratados em 2006 com recursos do CT-FVA. Ficou acertado que a agência enviará aos membros do Comitê informações mais detalhadas, inclusive sobre os instrumentos específicos do CT-FVA. Também apresentou os seguintes resultados do Programa Subvenção Econômica que está sendo operacionalizado pela Finep:

- ❑ CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2006 – a demanda qualificada foi de 148 projetos, dos quais 145 foram selecionados para contratação. O volume de recursos destinado às áreas selecionadas da PITCE alcançou o montante de R\$ 146 milhões. No dia 27 de abril será realizada a solenidade de assinatura dos contratos já prontos;
- ❑ EDITAL PAPPE SUBVENÇÃO 2006 – na 2ª Etapa do processo de análise do edital foram selecionadas 17 propostas de parceiros estaduais (correspondendo a uma demanda de R\$ 150 milhões e uma contrapartida de R\$ 115 milhões). Critérios utilizados na análise: i) capacidade financeira, técnica e gerencial de projetos de P,D&I e ii) adequação ao programa. Nesse processo, cada proposta classificada representa uma instituição por unidade da federação. O próximo passo será o lançamento de editais pelos parceiros estaduais;
- ❑ CARTA-CONVITE MCT/FINEP - PROGRAMA SUBVENÇÃO/PESQUISADOR NA EMPRESA - 03/2006 – essa chamada teve por escopo a seleção pública de empresas interessadas em obter recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, para a incorporação de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, em atividades de inovação. A Finep identificou uma baixa demanda e está organizando um grupo para, junto a representantes do SEBRAE e ANPEI, avaliar as causas.

Comentários e Discussão

- ❑ Sr. Paulo Alvim: ressaltou que a demanda apresentada ao edital Cooperação ICT – MPE, operado pela Finep em parceria com o Sebrae, tem sido continuada e crescente, alcançando 18 estados da federação e envolvendo 65 Arranjos Produtivos/APL's (cerca de 80% da demanda do MDIC). Com relação ao edital da Subvenção para Recursos Humanos, informou que várias empresas reportaram dificuldades na utilização dos formulários adotados pela Finep e sugeriu que se busquem mecanismos que possibilitem operar a subvenção da Lei do Bem, de forma semelhante às bolsas RHAЕ, uma vez que as MPE não têm como operacionalizar a contrapartida exigida no edital.
- ❑ Sra. Gina Paladino: apontou que, conforme relato da Finep, o número de projetos contratados no âmbito do programa JURO ZERO (20 projetos) é baixo. Sugeriu que sejam identificados tanto os gargalos quanto as estratégias a serem adotadas para que as metas do programa sejam alcançadas. Sobre esse ponto, o Sr. Odilon esclareceu que a expectativa da Finep é de que essa carteira venha a crescer, tendo em vista a previsão de lançamento de um novo edital em 2007, que objetiva qualificar cinco novos parceiros (no momento apenas cinco parceiros estão qualificados). Também, destacou que o processo de triagem dos projetos é muito rigoroso e que, embora o programa esteja bem focado, é preciso aprimorar as ações de fomento.
- ❑ Sr. Luis Fernandes: destacou que o desafio que se impõe nesse momento é o de integrar os instrumentos, citando, como exemplo, a linha equalização com o programa RHAЕ; tema que deverá ser objeto de reflexão pelo Comitê, com vistas a instituir um modelo de financiamento de forma agregada ('pacote de incentivos e apoio'). Acerca desse tema, o Sr. João Furtado ressaltou tanto a sua importância, haja vista a possibilidade de aumentar a sua visibilidade para o público-alvo, como a possibilidade dessa estratégia viabilizar um processo de coordenação mais amplo das ações voltadas para financiar a inovação. Também sobre o tema, o Sr. Paulo Alvim citou duas iniciativas em curso: o 'PROINOVA', pela SETEC/MCT, e a 'Cadeia de Fomento', a ser criada por deliberação do Fórum da MPE do MDIC.

4.2. Apresentação CNPq

O representante do CNPq, Sr. Marcio R. Oliveira, informou que foram contratados 40 projetos no âmbito do edital RHAЕ, em 2006. Também, informou que cerca de 25% das bolsas DTI implementadas pelo CNPq no exercício anterior foram custeadas pelo CT-FVA.

Comentários e Discussão

- ❑ Sr. Luis Fernandes: esclareceu que o Edital RHAЕ Inovação de 2006, lançado pelo CNPq, não envolveu recursos do CT-FVA, uma vez que a necessidade de recursos do edital foi atendida por outros fundos setoriais.
- ❑ Sr. Maurício Mendonça: destacou a necessidade de se refletir sobre os instrumentos de subvenção para recursos humanos e o de concessão de bolsas, uma vez que cada um se destina a um público-alvo diferente: a subvenção é destinada a pessoas jurídicas e as bolsas a pessoas físicas. Por essa razão, sugeriu que sejam estudados mecanismos que possibilitem reformular o programa RHAЕ à luz dos novos instrumentos da subvenção, os quais se

traduziriam em instrumentos de transição até que a empresa possa assumir os custos de absorção/contratação de pessoal titulado.

- Sr. Fernando Rizzo: fez um breve relato do resultado da reunião realizada no CGEE, em 21 de novembro de 2006, onde foram sugeridas as seguintes estratégias para estimular a fixação de pesquisadores pela empresa: i) para as MPEs: lançar chamada de propostas, no formato fluxo contínuo (com calendário e prazos de submissão bem definidos), destinada a MPEs que tenham recebido bolsas RHAЕ no período 2005 – 2006; ii) para as grandes empresas: conceder linha de crédito para as empresas selecionadas no edital de subvenção econômica; e iii) para as médias empresas: conceder linha de crédito levando em consideração os gastos realizados em P&D e os eventuais apoios recebidos no âmbito do programa RHAЕ nos últimos anos.
- Sr. Luis Fernandes: propôs que o Comitê incluа a discussão desse tema em sua próxima reunião, com o propósito de estabelecer diretrizes para as ações de estímulo à inserção de pesquisadores nas empresas.

5. Plano de Investimento Anual - 2007

Antes de dar início à discussão e elaboração do Plano de Investimentos para 2007, o Sr. Luis Fernandes informou que o MCT tem a expectativa de que seja encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FNDCT ainda em abril. Destacou que essa iniciativa consolidará o compromisso do Governo Federal de reduzir, progressivamente, os recursos do FNDCT destinados à composição da reserva de contingência, até sua eliminação em 2010.

Com relação à programação das ações para 2007, apresentou o quadro com o orçamento geral aprovado para os fundos setoriais, onde, com base na LOA 2007, atinge o montante de R\$ 1,74 bilhão, dos quais 64% (R\$ 1,11 bilhão) estariam autorizados e 36% (R\$ 0,63 bilhão) alocados na reserva de contingência. Informou que o processo de planejamento das ações para 2007 priorizou aquelas que envolvem forte articulação com o setor empresarial, tendo sido destinado para essa finalidade cerca de R\$ 0,56 bilhão (considerando-se os recursos destinados à subvenção, da ordem de R\$ 0,45 bilhão, e os alocados aos instrumentos específicos do CT-FVA, que totalizam R\$ 0,12 bilhão). Nessa oportunidade, foi sugerida a adoção dos seguintes critérios/estratégias na programação das ações para 2007:

- Sr. Maurício Mendonça: ampliar a articulação entre os programas voltados para a inovação e induzir projetos mobilizadores de grande porte, capazes de avançar a participação de empresas e permitir que as mesmas sejam beneficiadas pelos recursos;
- Sr. João Furtado: o foco das ações, mais do que em projetos, deverá estar na competência privada, garantindo a estruturação da inovação, em caráter permanente, na própria empresa;
- Sr. Brito Cruz: instituir mecanismos de acompanhamento para garantir que os recursos sejam utilizados efetivamente como contrapartida aos investimentos privados - e não para substituir o aporte de recursos pela empresa -, promovendo o aumento progressivo do aporte de recursos em PD&I pelo setor privado.

Dando continuidade ao processo de planejamento para 2007, o Sr. Luis Fernandes informou que várias ações de caráter estratégico serão submetidas ao Conselho Diretor do FNDCT - instância a ser criada a partir da regulamentação do FNDCT -, o qual, munido de elementos, poderá sensibilizar a equipe econômica quanto a sua importância para o País. Como exemplo de projetos estratégicos já identificados como capazes de mobilizar a participação de empresas nacionais, citou: i) apoio à rede de laboratórios do MAPA de forma a capacitá-la para o diagnóstico e controle da gripe aviária; ii) projeto de domínio da tecnologia crítica para fabricação de míssil, de interesse do Ministério da Defesa; e iii) apoio à infra-estrutura de pesquisa para a Estação Brasileira na Antártica. Em seguida, solicitou aos membros do Comitê a formulação e encaminhamento de projetos da mesma natureza. Foram apresentadas as seguintes propostas:

- Sr. Paulo Alvim: citou os embaraços existentes para exportação do mel de abelhas, cuja solução exige o desenvolvimento de tecnologias avançadas, como nanotecnologias, além de infra-estrutura laboratorial. Como estratégia, propôs que sejam identificadas e apoiadas tecnologias que antecipem gargalos do setor produtivo;
- Sr. João Furtado: citou o caso do setor exportador de *commodities*, que tem enfrentado ônus com a desvalorização cambial, mas que tem tido vantagens no mercado internacional com a valorização dos produtos. Para esse setor, sugeriu que fosse criada uma taxaço, um tipo de

imposto, para constituir um fundo para financiar PD&I voltadas para elevar o patamar técnico e sanitário de *commodities*, com vistas a garantir competitividade ao setor;

- Sr. Maurício Mendonça: citou o exemplo da TV digital e o caso do etanol. Por outro lado, enfatizou que a escala de investimentos para garantir competitividade e liderança tecnológica ao País, além de ser significativa, exige o estabelecimento de prioridades. Desse modo, propôs que sejam priorizados investimentos de grande envergadura em tecnologias críticas para o desenvolvimento do País e sugeriu que se utilize essa estratégia como argumento para pleitear a liberação de recursos da reserva de contingência junto à equipe econômica.

Tendo em vista o conjunto de sugestões formuladas pelos membros do Comitê Gestor, o Sr. Luis Fernandes propôs que fosse agendada uma reunião específica do Comitê não só para discuti-las em profundidade, mas também para identificação de grandes projetos estratégicos para o País, que tenham forte aderência com a agenda do Governo Federal e capacidade de sensibilizar a equipe econômica no sentido de aportar recursos para sua operacionalização.

O próximo ponto tratou da discussão da programação das ações transversais para 2007 elaborada pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais/CCF e submetida ao Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo para deliberação. Para introduzir esse assunto, o Sr. Luis Fernandes esclareceu a sistemática adotada pelo MCT e os critérios utilizados na consolidação da proposta apresentada, quais sejam: i) prioridades estratégicas potencialmente estruturantes para o País; ii) capacidade de estimular parceria/sinergia; e iii) racionalização de iniciativas (interação com outros atores). Com relação à programação do CT-FVA para 2007, informou que está disponível para novas deliberações, o montante de R\$ 50,8 milhões. Esclareceu que a proposta do MCT é de que esses recursos sejam alocados nas ações e programas transversais que guardam aderência e consistência com as finalidades do Fundo Verde-Amarelo (tais ações foram devidamente assinaladas na planilha). Destacou, por outro lado, que o montante a ser aportado pelo Fundo não foi identificado *a priori* pelo CCF; ficando tal decisão a cargo do Comitê. Para orientar a decisão do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, foi distribuído o documento '*Desafios, Perspectivas e Propostas para o mandato de 2007 a 2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento*', que detalhada as principais propostas elaboradas pelo MCT, organizadas por eixo estratégico, e disponibilizado acesso aos termos de referência de cada uma das ações e programas propostos pelo CCF. Por fim, registrou que os instrumentos verticais específicos do CT-FVA (subvenção PDTI e PDTA, equalização e capital de risco), que têm uma programação orçamentária de R\$ 116 milhões, serão objeto de deliberação futura. Na oportunidade, o Dr. Rodrigo Loures parabenizou o esforço do MCT e manifestou sua concordância com as propostas formuladas e, em seguida, apresentou demanda da FIERGS que busca apoio à nucleação do projeto CETA PD&I - Núcleos de Excelência em Tecnologias Avançadas - e CNTL SENAI - Núcleos de Excelência em Tecnologias Limpas -. Sobre essa demanda, o Sr. Odilon esclareceu que se trata de uma iniciativa iniciada, em 2000, como um projeto de cooperação internacional, envolvendo o Governo do Rio Grande do Sul, a FIERGS, o SENAI/RS, o SEBRAE/RS, a FINEP e a Sociedade FRAUNHOFER/FhG, da Alemanha, a qual, em 2005, foi integrada à rede SENAI. Esclareceu que no momento, está sendo buscado apoio financeiro a um projeto-piloto com o propósito de expandir o modelo a outros estados, com vistas à difusão e ao desenvolvimento de tecnologias para MPES. Ficou decidido que esse assunto será tratado na próxima reunião do Comitê.

Em seguida, o Sr. Luis Fernandes colocou em revista a relação das ações transversais, com vistas à deliberação do Comitê. Esse acatou as propostas submetidas pelo CCF, com algumas ressalvas e delegou ao seu Presidente a responsabilidade na alocação de recursos, tendo por base, além das necessidades orçamentárias, a aderência às finalidades do Fundo Verde-Amarelo e às seguintes recomendações:

1) Recomendações Específicas:

- Ação 2.1.1.1 - Formação, capacitação e fixação de RH para inovação: o foco deverá ser em Gestão para Inovação. Deverá ser revisto o instrumento – avaliar se mantém ou não a modalidade Edital. Deverão ser estruturados instrumentos/mecanismos que garantam a manutenção/fixação de pesquisadores nas empresas;
- Ação 2.1.1.2 e 2.1.1.3 - Edital de cooperação entre ICTs e Grandes Empresas e ICTs e MPES: deverão receber aporte de recursos do CT-FVA. Recomendação específica para o Edital ICTs e MPES: deverá ser lançado no mês de junho e destinar recursos da ordem de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 7,5 milhões para 2007 e R\$ 12,5 milhões para 2008;
- Ação 2.1.1.4 - Aumento da Competitividade da MPE: adotar, preferencialmente, a modalidade encomenda; integrar as ações / programas de extensionismo tecnológico (formulação de novos

instrumentos/mecanismos que incorporem os aspectos positivos do programas PRUMO e PROGEX e outras experiências bem sucedidas na área);

- ❑ Ação 2.2.2.1 - Programas de avaliação de conformidade para setores da PITCE: adotar, preferencialmente, a modalidade encomenda; o foco deverá ser em gargalos tecnológicos – produtos que sofram exigências de avaliação de conformidade -. As prioridades serão propostas por um subgrupo, composto pelos Srs. Paulo Alvim e Maurício Mendonça, que deverá buscar subsídios junto às prioridades já identificadas no âmbito do Programa PBAC – Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade, do CONMETRO;
- ❑ Ação 2.2.2.2 - Rede de Visualização: adotar, preferencialmente, a modalidade encomenda;
- ❑ Ação 2.3.1.1 – Semicondutores: recomenda-se buscar sugestões do CGEE e prever *startup*;
- ❑ Ação 2.3.2 – Áreas portadoras de futuro da PITCE: adotar, preferencialmente, a modalidade encomenda;
- ❑ Ação 2.3.3.1 – Biocombustíveis de segunda geração (etanol e biodiesel): o esforço deverá envolver as ações em curso, tendo sido recomendada a alocação de R\$ 24 milhões para projetos na área de etanol; de R\$ 16 milhões para a área de biodiesel e a criação de uma estrutura para coordenar tais iniciativas.
- ❑ Ação 4.2.1.1 – Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas aos Desafios do PAC: apoiar projetos em setores prioritários

2) Não foi recomendado apoio às seguintes ações:

- ❑ 4.1.1 - Difusão e Popularização da Ciência
- ❑ 4.1.2 - Conteúdo para Ensino da Ciência
- ❑ 4.2.1.2 - Inclusão Digital

6. Outros Assuntos

A próxima reunião ficou agendada para o dia 24 de julho de 2007. Entre os itens da pauta, deverão ser incluídas:

- ❑ Apresentação e discussão da demanda apresentada pela FIERGS/SENAI com vistas ao apoio à nucleação dos projetos CETA e CNTL. Deverá ser agendada uma apresentação do SENAI e FINEP na oportunidade;
- ❑ Discussão e proposição de projetos mobilizadores de grande envergadura;
- ❑ Discussão e proposição de mecanismos de integração de instrumentos para apoio à inovação nas empresas;
- ❑ Discussão e proposição de diretrizes para as ações de estímulo à inserção/fixação de pesquisadores nas empresas.